

ENSINO INCLUSIVO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REFLEXÃO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ana Rodrigues^{1,4}, João Prudente^{1,2}, Ana Correia¹, Ricardo Alves¹, Élvio Gouveia^{1,3} & Helder Lopes^{1,2}

¹Universidade da Madeira, Faculdade de Ciências Sociais – Departamento de Educação Física e Desporto.

²CIDESD, Research Center in Sports Sciences, Health Sciences and Human Development.

³LARSYS, Instituto Interativo de Tecnologias.

⁴E-mail: anajar@staff.uma.pt.

RESUMO

A publicação de recente legislação como o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, reforça o direito de cada aluno a uma educação assente nas suas potencialidades e necessidades, num contexto de equidade, em que todos devem ter as mesmas oportunidades para explorar os seus limites. Sendo inegável o papel de toda a comunidade educativa na promoção e implementação da inclusão, este trabalho focaliza-se num dos agentes: o professor de Educação Física. Pretende-se assim, equacionar e refletir sobre este docente enquanto promotor de ambientes educativos desafiadores de sucesso, em que se respeita os interesses, a expressão da sua identidade cultural na Educação Inclusiva, bem como inventariar perceções, metodologias e práticas pedagógicas adotadas por estes profissionais no âmbito de uma Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A forma como a sociedade interage com a diferença na atualidade, é produto de um percurso ao longo dos tempos. A diferença na antiga Grécia era vista como motivo de segmentação da restante sociedade, sendo tal explanado no livro “República” de Platão e “A política” de Aristóteles, similar atitude era evidente em outras sociedades como a Espartana e a Romana. Com a conversão do império Romano ao Cristianismo e com o desenvolvimento de diversas ordens religiosas na idade média, assiste-se a uma “proteção” à diferença, culminando posteriormente na criação de diversos instituições, associações e asilos, sendo esta a génese de um ensino segregado.

Paralelamente e com o decorrer do século XIX, assiste-se na Europa a promoção da escola “universal, laica e obrigatória”, direcionada para todos independentemente da classe social, numa tentativa de minimizar as discrepâncias existentes (Rodrigues, 2003). Contudo, este movimento de

escola pública potencializou igualmente o aumento das diferenças, ao desenvolver “(...) práticas e valores que progressivamente contribuíram para acentuar as diferenças entre os alunos e que colocaram precocemente fora da corrida da aquisição de competências largos estratos da população escolar” (Rodrigues, 2003).

No entanto, é apenas na década 90 que no nosso país é estabelecido o regime educativo especial, aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais, através do Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de agosto de 1991. Por sua vez, o termo Inclusão surge com a Declaração de Salamanca da UNESCO (1994) em que:

“(...) o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social (...)”

Recente legislação reforça a promoção de uma Educação Inclusiva em que

“(...) todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social” (Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de julho).

Deste modo, é essencial e imperativo a necessidade de uma reorganização escolar, preparação e adequação de recursos humanos, materiais e espaciais, que potencializem uma atitude e sinergias benéficas a promoção de uma Escola Inclusiva.

A promoção de uma Educação Inclusiva na Educação Física é ainda uma temática pouco abordada e explorada, debatendo-se aspetos e argumentos que contribuem e limitam o ensino inclusivo nesta disciplina. De facto, diversos aspetos inerentes à Educação Física parecem contribuir para à Educação Inclusiva, nomeadamente uma maior liberdade na estruturação dos conteúdos, a interação e caráter expressivo entre o professor-aluno e aluno-aluno e a plasticidade da disciplina, que permite a participação de todos com diferentes graus de dificuldade, na procura do sucesso e satisfação inerente (Rodrigues, 2003). No entanto, na literatura é igualmente reforçado o aspeto histórico da Educação Física caracterizado

por uma prática seletiva, segregadora e assente num aperfeiçoamento constante da técnica, considerados condicionalismos a uma Educação Inclusiva (Prinz, Chaves, Penna & Flores, 2007).

Neste contexto complexo, a promoção de uma Educação Inclusiva implicará uma reestruturação escolar de modo responder as potencialidades e limitações de cada aluno (Avramidis & Norwich, 2002), em que o professor apresenta um papel fulcral e determinante, em que as suas ações e atitudes em relação a Educação Inclusiva na Educação Física não podem, nem devem ser negligenciadas. Contudo, são ainda reduzidos os estudos focalizados nesta temática (Prinz, Chaves, Penna & Flores, 2007).

Deste modo, pretende-se com o desenvolvimento do presente estudo: i) Apresentar a opinião e dificuldades dos professores, sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas de Educação Física; (ii) Realizar um levantamento das estratégias adotadas para promover a inclusão nas aulas de Educação Física; (iii) Expor a opinião dos professores sobre as potencialidades das atividades rítmico expressivas na promoção da Educação Inclusiva.

MÉTODO

Amostra

Participaram neste estudo, 6 professores de Educação Física (4 mulheres e 2 homens), com idades compreendidas entre os 35 e os 46 anos ($40,16 \pm 3,8$ anos). Todos os professores lecionam na rede pública escolar da Região Autónoma da Madeira, no 2º ciclo ou 3º ciclo e/ou Secundário. Como formação académica, 2 possuem licenciatura (Pré-Bolonha), 2 mestrado (pré-Bolonha), 1 doutoramento e 1 pós-graduação. A abordagem da Atividade Motora Adaptada e/ou Educação Especial durante a formação académica, foi reportada por 2 professores ($n=33\%$), 50% ($n=3$) reporta que a mesma não foi contemplada nos seus planos curriculares e um professor (17%) possui especialização no domínio da Educação Especial.

A maioria possui nomeação de quadro zona ($n=2$; 33%) ou escola ($n=3$; 50%) e um docente é contratado (17%). A experiência de lecionação destes professores, oscila entre 12 anos e 22 anos ($17,17 \pm 3,72$ anos). Todos os professores reportam terem lecionado a alunos com necessidades educativas especiais ($n=6$; 100%), nomeadamente:

(i) alunos portadores de deficiência intelectual ($n=3$; 50%); (ii) deficiência visual ($n=1$; 17%); (iii) deficiência auditiva ($n=1$; 17%); (iv) deficiência motora ($n=2$; 33%); (v) transtorno do espectro do autismo ($n=3$; 50%) e (vi) transtorno de deficit de atenção/ hiperatividade ($n=2$; 33%).

Professores em regime de mobilidade ou em cargos de gestão administrativa escolar, sem componente letiva, foram excluídos do estudo.

PROCEDIMENTOS

Numa primeira fase, os participantes foram convidados a integral este estudo, sendo mencionado os objetivos do mesmo, métodos de recolha de informação e garantidos os direitos de anonimato e confidencialidade. A aceitação de participação no estudo, foi confirmada pela concordância e assinatura do consentimento informado.

Considerando o objetivo do estudo recorreu-se à investigação qualitativa, utilizando como instrumento de recolha de informação uma entrevista semiestruturada. A elaboração do guião baseou-se em investigações anteriores (Salles, Araújo & Fernandes, 2015; Prinz, Chaves, Penna & Flores, 2007), e no parecer de dois especialistas na área da Atividade Motora Adaptada. O guião foi alvo de testagem através de entrevista piloto, sendo realizados ligeiros reajustamentos em aspetos considerados ambíguos. A entrevista foi organizada de modo a reunir informação que possibilitasse conhecer a perceção dos professores sobre a Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física de alunos com necessidades educativas especiais, bem como as metodologias adotadas visando a promoção da inclusão. Numa primeira fase da entrevista, o participante foi inquirido sobre dados demográficos (idade e género), formação e experiência de lecionação.

As entrevistas tiveram uma duração que oscilou sensivelmente entre os 15 e os 25 minutos. A condução das entrevistas foi efetuada pela mesma investigadora, sendo realizado o registo áudio e posteriormente transcritas e verificada a precisão da transcrição.

ANÁLISE DOS DADOS

A transcrição das entrevistas foi efetuada por um investigador treinado, sendo realizada a transcrição da totalidade das entrevistas (verbatim), posteriormente a mesma transcrição foi verificada por outro elemento da equipa.

Com o intuito de organizar e categorizar os dados das transcrições recorreu-se ao *software* NVivo10. Com base no objetivo do estudo, guião da entrevista e conteúdo das transcrições, foram criados 3 temas de análise dedutiva (perceção, promoção da inclusão e metodologias de intervenção).

RESULTADOS

A Educação Inclusiva é vista pela maioria dos professores, como a integração de todos os alunos num contexto regular da sala de aula (n=4; 66%).

“(…) para mim inclusão é integrar os alunos com necessidades educativas especiais, com dificuldades específicas em contexto de sala de aula regular, em que consiga atingir o sucesso, através de adaptações do currículo, das tarefas, de recursos materiais e espaciais (…) no entanto, acho que em alguns casos essa inclusão deve ser mais trabalhada e será mais difícil, em particular na Educação Física,* em que muitas vezes existem muitos estímulos, espaços amplos e elevado número de alunos para supervisionar” (Professor B).

Outro professor reporta igualmente:

“(…) a inclusão é garantir a aprendizagem dos alunos que devido a diversos motivos possuem dificuldades, temos que salvaguardar a equidade entre os alunos. No entanto, muitas vezes sinto diversas dificuldades e sinto que não consigo atingir este objetivo” (Professor C).

A maioria dos inquiridos reporta que a inclusão deverá ser um processo acompanhado, equacionando a necessidade de uma preparação dos professores (n=5; 83,3%), dos colegas de turma (n=2; 40%) e dos próprios alunos com necessidades educativas especiais (n=3; 50%).

A dificuldade na promoção da inclusão nas aulas de Educação Física é bem patente no discurso dos docentes, sendo reportados múltiplos aspetos inibidores, nomeadamente:

- Dimensão e nível de heterogeneidade da turma (n=6; 100%), em que turmas de grandes dimensões, ou com elevado nível de heterogeneidade dificultam a promoção da inclusão;
- Necessidade de mais formação específica no domínio de atividade motora adaptada (nomeadamente na prescrição da atividade física, bem como de ferramentas didático-pedagógicas de atuação) (n=5; 83,3%);
- Maior informação e preparação dos professores, nomeadamente em fase inicial de trabalho com os alunos, sendo muitas vezes escassas as informações de relatório e de

docentes de anos anteriores sobre metodologias de trabalho, bem como caracterização dos alunos (n=3; 50%).

- Dificuldades no desenvolvimento de trabalho colaborativo em equipas multidisciplinares e dos grupos de disciplina (n=2; 33%)

Neste enquadramento, os professores afirmam:

“(…) é muito complicado trabalhar a inclusão em turmas com muitos alunos, ainda mais com capacidades e dificuldades muito amplas, o professor tem de se dividir em múltiplos requisitos, muitas vezes sinto que não estou a atender as necessidades que os alunos possuem (….) muitas vezes é frustrante para mim enquanto professor” (Professor D).

“(…) outra coisa que sinto é que por vezes não possuo ferramentas para atuar (….)” (Professor A).

Como forma de superar algumas das dificuldades reportadas pelos docentes, são indicadas como estratégias didáticas de promoção do ensino inclusivo: (i) a adaptação da intervenção pedagógica, (como da instrução, do feedback), e/ou dos recursos materiais, e/ou espaciais e das tarefas (n=6; 100%); (ii) a inversão de papéis, em que alunos sem necessidade educativas especiais vivenciam uma simulação da deficiência/condição (n=5; 83%); (iii) o diálogo e trabalho em equipa multidisciplinar (n=2; 33%) e (iv) a abordagem ao desporto adaptado (n=1;17%).

As atividades rítmicas expressivas, são igualmente reportadas como um instrumento de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (n=2; 33%). Neste contexto, um professor refere:

“As atividades rítmicas expressivas pelo elevado trabalho de cooperação, de contacto, de exploração dos segmentos corporais, do espaço, da expressão de emoções é na minha opinião das matérias de ensino da Educação Física que mais potencializam a inclusão. Assim, os alunos são chamados a potencializar a sua criatividade e expressá-la numa sequência de movimentos em coordenação e em cooperação, sendo que a restrição a rigorosos componentes críticas não é tão condicionante como em outras matérias de ensino. No entanto, deve ser considerado a especificidades de cada aluno com necessidades educativas especiais, bem como da restante turma em que está inserido (….)” (Professor A).

DISCUSSÃO

À semelhança do que ocorre em outras investigações (Hwang & Evans, 2011; Mngo & Mngo, 2018), a maioria dos professores apresentam um perfil favoráveis a uma Educação Inclusiva, evidenciando, contudo, diversas dificuldades, o que poderá condicionar a sua atuação.

Todos os participantes no estudo, possuem vivências passadas de lecionação a alunos com necessidades educativas especiais, o que provavelmente contribui para uma atitude favorável, dada a associação entre uma atitude favorável a promoção de uma prática letiva inclusiva e a experiência de lecionação a alunos com necessidades educativas especiais (Palla & Castro, 2004).

No entanto, a promoção de uma Educação Inclusiva é um processo ainda em construção e que necessita de aperfeiçoamento, estando esta realidade igualmente refletida em outros estudos (Salles, Araújo & Fernandes, 2015; Prinz, Chaves, Penna & Flores, 2007). A perceção de processo em construção é, na nossa opinião, em parte sustentada pelo facto da promoção de uma Educação Inclusiva ser um conceito relativamente recente em Portugal, sendo as principais alterações legislativas que norteiam esta temática publicadas já no século XXI (Decreto-Lei n. º3/2008 de 7 de janeiro; Decreto-Lei n. º54/2018 de 6 de julho).

Como dificuldades à promoção de uma Educação Inclusiva na disciplina de Educação Física, é mencionado a heterogeneidade de proficiência e dimensão das turmas. Também Filipe (2012) apresenta resultados similares, ao constatar que os professores na sua grande maioria (84,3%) reportam que a dimensão da turma deveria ser reduzida (sensivelmente de 15 alunos).

A grande maioria dos professores reportam défices de conhecimentos e competências necessários para ensinar a alunos com necessidades educativas especiais. A falta de formação no domínio da atividade motora adaptada é evidente ao nível da formação académica, esta preocupação é igualmente manifestada por Rodrigues (2003), ao constatar que “(...) a maioria dos cursos existentes em Portugal não proporciona qualquer formação no âmbito das NEE aos seus futuros licenciados (...)”. Outros estudos reportam igualmente a perceção de lacunas de formação entre professores (Aguiar & Duarte, 2005; Mngo & Mngo, 2018). Neste contexto, o desenvolvimento de formação contínua apresenta particular realce. Nascimento (2014), reforça a necessidade de formação como catalisador de uma mudança sustentada da intervenção pedagógica e de transformação de conceções e atitudes dos professores em relação à

Educação Inclusiva. A necessidade de competências e conhecimentos sobre a temática é uma prioridade, para o desenvolvimento da prática pedagógica promotora de uma Educação Inclusiva (Prinz, Chaves, Penna & Flores, 2007).

À semelhança deste estudo, limitações de recursos humanos (Rodrigues, 2003), materiais e espaciais específicos (Mngo & Mngo, 2018), são reportados como condicionalismos a uma prática letiva inclusiva na literatura (Hwang & Evans, 2011).

Neste contexto, a maioria dos professores reporta não possuir qualquer material diádico específico (Filipe, 2012), o que certamente condiciona a sua atuação.

As dificuldades em desenvolver trabalho colaborativo em equipas multidisciplinares e disciplinar, podem, na nossa opinião, condicionar a prática letiva dos professores: (i) na elaboração da planificação das intervenções e na prescrição do exercício físico, nomeadamente no acesso a informação específica associada ao aluno e diretrizes de intervenção, (ii) bem como na dinamização da prática letiva, na organização, supervisão e análise das estratégias adotadas.

A intervenção será certamente mais produtiva e eficaz, quando assente na partilha de informação e experiências entre docentes da mesma área, bem como de áreas distintas e com formação especializada, como professor especializado e psicólogo. Neste contexto, na dinâmica, estruturação e organização de cada escola, devem ser potencializadas sinergias para promover espaços de trabalho por grupo disciplina, considerando as especificidades da Educação Física, bem como o trabalho em equipa multidisciplinar com o intuito de promover estratégias de intervenção transversais.

Como estratégias de promoção da Educação Inclusiva, os docentes reportam a adaptação da intervenção pedagógica. Num estudo em contexto nacional, direcionado a professores de Educação física (n=115), a forma de participação dos alunos com necessidades educativas especiais nas aulas é de “participação em todas as atividades, com adaptações” (Filipe, 2012). A Educação Inclusiva é inseparável da necessidade da executar múltiplas adaptações (objetivos, conteúdos, metodologias, avaliação e recursos materiais), enquadradas com as dificuldades, necessidades e potencialidades de cada aluno (Winnick & Porreta, 2017). A inversão de papéis, com os alunos sem necessidade educativa especiais a vivenciarem uma simulação da deficiência/condição, através da modificação da atividade, é igualmente uma estratégia reportada na literatura, como potencializadora da inclusão (Winnick & Porreta, 2017).

Das matérias de ensino que o programa curricular da disciplina de Educação Física abrange, as atividades rítmicas expressivas são destacadas/identificadas pelos docentes como elemento facilitador e promotor da inclusão, por promoverem o trabalho colaborativo e cooperativo, em que a exploração criativa do corpo em movimento facilita a expressão comunicativa e criando condições de sucesso é facilitada. A literatura reforça esta percepção, uma vez que dança é referenciada como uma forma de potencializar a integração, a interação social (Dinold & Zitomer, 2015), a expressão corporal, o desenvolvimento psicomotor (Furian, Moreira & Rodrigues, 2014), cognitivo e afetivo (Dinold & Zitomer, 2015).

Este estudo de natureza qualitativa, procurou explorar a atitude e a percepção e caracterizar a prática pedagógica dos professores de Educação Física relativamente a Educação Inclusiva na sua aula. Contudo, pela reduzida dimensão amostral o mesmo necessita de aprofundamento. O estudo da influência de fatores pessoais (como género, idade, formação específica, vivências, atitudes e crenças) e institucionais (como a liderança, os apoios especializados e a dinâmica escolar), na prática letiva, na percepção e atitude de promoção de uma Educação Inclusiva, são igualmente outros aspetos que carecem de futuras investigações. A conceção, implementação e avaliação de programas de intervenção, que promovam a Educação Inclusiva na Educação Física, é igualmente uma sugestão de futuras linhas de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, J., & Duarte E. (2005). Educação Inclusiva: Um Estudo na Área da Educação Física. *Rev. Bras. Ed. Esp.* 11 (2), 223-240.
- Avramidis, E., & Norwich, B. (2002). Teachers' attitudes towards integration/inclusion: A review of the literature. *European Journal of Special Needs Education*, 17, 129-147.
- Dinold, M. & Zitomer, M. (2015). Creating opportunities for all in inclusive dance. *PALAESTRAS*. 29(4), 45-50.
- Hwang, Y. & Evans, D. (2011). Attitudes towards inclusion: gaps between belief and practice. *International Journal of Special Education*, 26(1), 136-146.
- Mngo, Z.Y. & Mngo, A. (2018). Teachers' Perceptions of Inclusion in a Pilot Inclusive Education Program: Implications for Instructional Leadership. *Education Research International* 13, 1-13 doi.org/10.1155/2018/3524879.
- Filipe M. (2012). *Atitudes dos professores de Educação Física face à inclusão nas aulas de Educação Física*. Tese de mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo-Motor. Lisboa. Portugal.
- Furian, S., Moreira V., & Rodrigues, M. (2014). Esquema corporal em indivíduos com síndrome de down: uma análise através da Dança. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 7 (3): 235-243.

Nascimento, S. (2014). Professores de Educação Física em Ação de formação continuada: A inclusão como foco de reflexão. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis*, 36 (2), supl., p. S891-S905.

Prinz, F., Chaves, F., Penna, N. & Flores, N. (2007). A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. *Movimento*, 13(2), 37-53.

Rodrigues., D. (2003). A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*. 24-25. 73-81

Salles, W., Araújo, D., & Fernandes, L. (2015). Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de Educação Física. *Conexões* 13, (4), 1-21

UNESCO, The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education: Access and Quality, United Nations Ministry of Educational, Scientific and Education and Science Cultural Organization, Salamanca, Spain, 1994, http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF.

Winnick, J. & Porreta, D. (2017). *Adapted Physical Education and Sport. Human. Kinetics*. Champaign. United States.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro de 2008.

Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de julho de 2018.

Decreto-Lei nº319/91 de 23 de agosto de 1991.